

Demonstrações Financeiras

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Conselheiros da

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto A. de Freitas
Contador CRC-1SP234620/O-4

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	770	298
Caixa e equivalentes de caixa vinculados (Nota 4)	158	396
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	129.259	82.573
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	7.830	4.011
Contas a receber (Nota 6)	55.466	56.119
Estoques (Nota 7)	6.819	6.436
Outras contas a receber	550	477
	<u>200.852</u>	<u>150.310</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	53.104	50.099
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	-	7.300
Depósitos judiciais	1.020	451
Outras contas a receber	314	331
	<u>54.438</u>	<u>58.181</u>
Imobilizado (Nota 8)	75.151	66.364
Intangível (Nota 9)	1.648	1.903
Ações recebidas em doações	123	123
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	35.762
	<u>112.684</u>	<u>104.152</u>
Total do ativo	<u>367.974</u>	<u>312.643</u>

	2019	2018
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	19.064	23.067
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	14.081	13.135
Adiantamento de clientes	2.160	1.824
Subvenções (Nota 2.11.a)	7.988	4.407
Parcelamento de impostos	334	353
Receitas diferidas	300	-
Outras contas a pagar	743	2.233
	44.670	45.019
Não circulante		
Subvenções (Nota 2.11.a)	-	7.300
Investimentos subsidiados (Nota 2.11.c)	11.183	7.182
Parcelamento de impostos	656	947
Provisão para contingências (Nota 13)	3.676	3.292
Receitas diferidas	1.050	-
	16.565	18.721
Total do passivo	61.235	63.740
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	248.903	164.080
Superávit acumulado	57.836	84.823
Total do patrimônio líquido	306.739	248.903
Total do passivo e patrimônio líquido	367.974	312.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	189.451	186.368
Particular	3.934	3.027
SUS	3.617	3.463
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	1.609	557
(-) Dedução da receita	(11.450)	(6.266)
	187.161	187.149
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	17.624	14.524
Particular	7.267	6.018
SUS	38.598	38.125
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	6.204	5.479
(-) Dedução da receita	(2.984)	(2.691)
	66.709	61.455
Receitas institucionais		
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	806	3.415
Investimentos subsidiados (Nota 17)	1.238	1.143
Receitas com doações (Nota 15)	81.371	107.027
Receitas financeiras (Nota 19)	10.160	8.607
Gratuidade	83.015	76.040
Voluntariado (Nota 20)	2.701	2.623
Outras (Nota 18)	16.797	14.094
(-) Dedução da receita	(1.217)	(462)
	194.871	212.487
Total das receitas	448.741	461.091

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	(28.425)	(26.075)
Despesas com material	(70.445)	(74.021)
Despesas com prestação de serviços	(23.264)	(24.449)
Despesas administrativas e gerais	(2.030)	(1.844)
	(124.164)	(126.389)
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	(52.581)	(51.664)
Despesas com material	(25.994)	(24.648)
Despesas com prestação de serviços	(6.946)	(6.908)
Despesas administrativas e gerais	(3.777)	(3.612)
	(89.298)	(86.832)
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	(42.308)	(39.723)
Despesas com material	(3.992)	(2.566)
Despesas com prestação de serviços	(18.263)	(19.405)
Despesas com doação	(7.702)	(8.408)
Despesas administrativas e gerais	(12.346)	(11.230)
Despesas financeiras e bancárias	(2.118)	(1.470)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(83.015)	(76.040)
Voluntariado (Nota 20)	(2.701)	(2.623)
Outras	(4.998)	104
	(177.443)	(161.361)
Total das despesas	(390.905)	(374.582)
Superávit do exercício	57.836	86.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2018	137.487	26.593	164.080
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	26.593	(26.593)	-
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - perdas esperadas (Nota 2.4)	-	(1.686)	(1.686)
Superávit do exercício	-	86.509	86.509
Em 31 de dezembro de 2018	164.080	84.823	248.903
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	84.823	(84.823)	-
Superávit do exercício	-	57.836	57.836
Em 31 de dezembro de 2019	248.903	57.836	306.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	57.836	86.509
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	8.369	8.723
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	384	(3.434)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	(729)	1.095
Baixas de ativo imobilizado (Nota 8)	1.827	497
Provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	(233)	756
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	(57)	57
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(585)	(327)
Propriedade para investimento recebida em doação (Nota 10)	-	(35.031)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Contas a receber	1.382	(14.666)
Estoques	(326)	(544)
Depósitos judiciais	(569)	1.528
Outras contas a receber	(56)	383
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(4.533)	9.554
Salários e contribuições sociais	946	233
Adiantamento de clientes	336	923
Subvenções	(3.719)	(37.881)
Investimento subsidiado	4.001	204
Parcelamento de impostos	(310)	(286)
Receitas diferidas	1.350	-
Outras contas a pagar	(1.490)	16
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	63.824	18.309
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(46.210)	(16.681)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(17.380)	(9.749)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(63.590)	(26.430)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	234	(8.121)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	694	8.815
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	928	694
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	234	(8.121)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; venda de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

a) Declaração de conformidade--Continuação

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Algumas rubricas para as demonstrações financeiras de 2018 ora apresentadas, foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

O Conselho de Administração da Associação, em reunião realizada em 25 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor de justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo Administrador do Fundo.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR").

A AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente--Continuação

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, nesse caso, todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Classificação passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento--Continuação

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

2.12. Provisões para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

a) *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao cliente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

Foi aprovada e emitida a seguinte nova norma pelo IASB e pelo CPC, que entrou em vigor e foi adotada efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - "Arrendamentos"

O CPC 06 (R2) substitui à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais a Associação é arrendadora.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - "Arrendamentos"--Continuação

A AACD avaliou o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e, não foi identificado que a Associação deverá reconhecer ativos e passivos de arrendamentos, como arrendatária.

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As principais normas e interpretações novas e alteradas emitidas e aplicáveis à AACD, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Associação não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto nas demonstrações financeiras da AACD.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (c) Provisão para contingências (Nota 13);
- (d) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (e) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Recursos próprios		
Caixa e bancos	<u>770</u>	<u>298</u>
	<u>770</u>	<u>298</u>
Recursos vinculados (a)		
Caixa e bancos	<u>158</u>	<u>396</u>
	<u>158</u>	<u>396</u>
Total	<u><u>928</u></u>	<u><u>694</u></u>

- (a) Vinculados a subvenções para aquisição de bens, reformas e custeio das unidades. A AACD, em 2019, obteve a liberação de 34 novos projetos, sendo 2 projetos da Lei Rouanet, 1 projeto de renúncia fiscal, 1 projeto de subvenção municipal, 2 projetos de Termo de Conduta, 3 projetos a Termo de Colaboração e 25 projetos de Emendas Parlamentares.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	Rendimento médio - % 2019	2019	2018
Recursos próprios - circulante			
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	2,3% a.a.	474	-
Operações compromissadas - CDBs (a)	100,1% do CDI	128.785	82.573
		129.259	82.573
Recursos vinculados - circulante			
Poupança		7.133	3.771
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	2,3% a.a.	697	240
		7.830	4.011
Recursos próprios - não circulante (b)			
CDB - DI	100,5% do CDI	53.104	50.099
Recursos vinculados - não circulante (c)			
Poupança		-	5.305
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	3% a.a. em 2018	-	1.995
		-	7.300
Total		190.193	143.983

(a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Banrisul, Itaú, Safra, Santander e Votorantim, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

(b) As operações se referem a aplicações em CDB-DI no Banco Santander com resgate em fevereiro de 2021.

(c) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Notas 2.11.a e c).

6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2019	2018
Convênios e planos de saúde	47.392	49.478
Sistema Único de Saúde (SUS)	12.109	11.326
Consumidor final	3.073	2.593
Outros	98	657
	62.672	64.054
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.206)	(7.935)
	55.466	56.119

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

- b) A análise das contas a receber de clientes por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
A vencer	43.109	38.695
Vencidas		
Até 30 dias	2.621	3.491
De 31 a 60 dias	2.128	2.687
De 61 a 90 dias	1.672	1.839
De 91 a 180 dias	3.805	4.194
De 181 a 360 dias	4.285	6.520
Acima de 360 dias	5.052	6.628
	<u>62.672</u>	<u>64.054</u>

- c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 31/12/2017 antes da adoção do CPC 48	(5.154)
Mudança de prática contábil - adoção do CPC 48 em 01/01/2018	(1.686)
Provisões no exercício, líquidas	(1.095)
Saldo em 31/12/2018	(7.935)
Reversão de provisão no exercício, líquidas	729
Saldo em 31/12/2019	<u>(7.206)</u>

7. Estoques

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	2.941	2.649
Materiais e medicamentos	1.707	1.689
Estoque de produtos acabados (a)	1.728	1.671
Materiais gerais (b)	443	484
(-) Provisão para perda de estoques	-	(57)
	<u>6.819</u>	<u>6.436</u>

- (a) O estoque de produtos acabados é composto por material produzido: órteses e próteses e material para revenda, tais como: cadeiras de roda e produtos ortopédicos.
- (b) No grupo de materiais gerais estão alocados: materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

7. Estoques--Continuação

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para perdas de estoques estão assim representadas:

Saldos em 1º de janeiro de 2018	(1.200)
Adições	(57)
Reversões e baixas, líquidas	1.200
Saldos em 31 de dezembro 2018	(57)
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	57
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

8. Imobilizado

	2019	2018
Custo		
Terrenos	7.650	7.453
Edifícios	77.191	71.332
Instalações	8.287	7.495
Móveis e utensílios	10.705	10.278
Equipamentos de informática	11.844	11.092
Veículos	887	818
Máquinas e equipamentos	36.792	32.708
Imobilizado em andamento (a)	5.602	2.984
	158.958	144.160
Depreciação acumulada	(77.482)	(71.238)
Provisão encerramento unidades (b)	(6.325)	(6.558)
	75.151	66.364

(a) O grupo de imobilizado em andamento está substancialmente representado por reformas na unidade Ibirapuera (leitos 4º andar, Retrofit de Pintura do Centro de Reabilitação, Retrofit das fachadas do prédio - Ibirapuera e Sistema de Refrigeração do Bloco E).

(b) Referente à provisão para encerramento das unidades (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Campina Grande, de São José do Rio Preto e de Nova Iguaçu, a mesma foi constituída considerando o fato de que as unidades se encontram sem operação, e estão atualmente em processo de encerramento junto aos órgãos competentes, sob condução do departamento jurídico.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

	2017	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	2018
Terrenos	7.983	-	(280)	-	(250)	7.453
Edifícios	70.804	414	-	1.050	(936)	71.332
Instalações	6.816	34	(46)	691	-	7.495
Móveis e utensílios	10.348	347	(417)	-	-	10.278
Equipamentos de informática	10.072	1.827	(807)	-	-	11.092
Veículos	973	150	(305)	-	-	818
Máquinas e equipamentos	29.614	3.421	(327)	-	-	32.708
Imobilizado em andamento	1.243	3.482	-	(1.741)	-	2.984
	137.853	9.675	(2.182)	-	(1.186)	144.160
Depreciações acumuladas	(65.715)	(7.663)	1.685	-	455	(71.238)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(5.802)	(756)	-	-	-	(6.558)
	66.336	1.256	(497)	-	(731)	66.364

	2018	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	2019
Terrenos	7.453	-	-	197	-	7.650
Edifícios	71.332	-	(1.651)	7.510	-	77.191
Instalações	7.495	237	(70)	625	-	8.287
Móveis e utensílios	10.278	1.057	(630)	-	-	10.705
Equipamentos de informática	11.092	1.248	(496)	-	-	11.844
Veículos	818	212	(143)	-	-	887
Máquinas e equipamentos	32.708	4.417	(333)	-	-	36.792
Imobilizado em andamento	2.984	10.950	-	(8.332)	-	5.602
	144.160	18.121	(3.323)	-	-	158.958
Depreciações acumuladas	(71.238)	(7.740)	1.496	-	-	(77.482)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.558)	-	233	-	-	(6.325)
	66.364	10.381	(1.594)	-	-	75.151

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m². A AACD aguarda a regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

Do total das adições, reconhecemos o montante de R\$ 585 (2018 - R\$ 327).

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para encerramento de unidades estão assim representadas:

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(5.802)
Adições	(756)
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(6.558)</u>
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	233
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(6.325)</u>

9. Intangível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo		
Softwares - sistema de gestão	10.692	10.318
Amortizações acumuladas	(9.044)	(8.415)
	<u>1.648</u>	<u>1.903</u>

A movimentação do saldo está assim representada:

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
Softwares - sistema de gestão	9.917	401	-	10.318
Amortizações acumuladas	(7.355)	(1.060)	-	(8.415)
	<u>2.562</u>	<u>(659)</u>	<u>-</u>	<u>1.903</u>
	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
Softwares - sistema de gestão	10.318	374	-	10.692
Amortizações acumuladas	(8.415)	(629)	-	(9.044)
	<u>1.903</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>1.648</u>

10. Propriedade para investimento

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais propriedades (b)	731	731
	<u>35.762</u>	<u>35.762</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

10. Propriedade para investimento--Continuação

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida Fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), vigente até 31 de dezembro de 2022. A propriedade foi contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$ 35.031, suportada por laudo emitido por empresa especializada independente, que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 37.18453-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogêneos com as características próprias da respectiva propriedade. O objetivo será de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação. O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2019 é similar ao valor justo apurado quando de seu registro inicial em agosto de 2018.

Durante o exercício de 2019, a receita apurada com o contrato de arrendamento rural foi de R\$ 1.199 (R\$ 1.344 em 2018).

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2019, a receita de aluguel totalizou R\$ 268 (R\$ 242 em 2018).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$ 3.699 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.699 em 2018). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a Administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

11. Fornecedores

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores (a)	16.437	20.205
Provisão de fornecedores (b)	68	879
Provisão de repasse médico (c)	2.559	1.983
	19.064	23.067

(a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

(b) Referem-se principalmente à provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME.

(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos-cirurgiões e equipes).

A análise de fornecedores por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Até 30 dias	9.401	11.365
De 31 a 60 dias	6.823	6.794
De 61 a 90 dias	2.651	2.651
De 91 a 180 dias	187	2.254
Acima de 181 dias	2	3
	19.064	23.067

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

12. Salários e contribuições sociais

	2019	2018
Provisão para férias	11.043	10.260
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.308	1.257
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	943	889
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	618	591
Outros	169	138
	14.081	13.135

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e administrativa, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo à administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e a análise das demandas judiciais em aberto. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas e são apresentados como segue:

	2019	2018
Trabalhista	3.367	3.191
Cíveis	-	101
Tributária e administrativa	309	-
	3.676	3.292

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza das contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária e administrativa	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	6.019	707	-	6.726
Adições	1.789	-	-	1.789
Reversões e baixas	(4.617)	(606)	-	(5.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.191	101	-	3.292
Adições	4.401	50	309	4.760
Reversões e baixas	(4.225)	(151)	-	(4.376)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.367	-	309	3.676

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 39.579 (2018 - R\$ 27.975), sendo que este valor substancialmente está representado pelos processos de natureza tributária: nº 19515-721.097/2014-20 no valor de R\$ 27.477, referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Processo nº 10314-720.784/2018-43, referente à Contribuição Previdenciária no valor de R\$ 786, Processo nº 10314-720.092/2019-86, referente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no valor de R\$ 2.987 e por 17 processos trabalhistas que totalizam R\$ 3.330.

O julgamento do STF proferido em 23 de fevereiro de 2017 como procedente da ADIN nº 2028 declarou inconstitucional a alteração na Lei nº 8.812/91 promovida pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deve ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos.

14. Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

15. Receitas institucionais - com doações

	2019	2018
Teleton (a)	24.555	24.480
Donativos em dinheiro	4.623	2.236
Mantenedores	16.206	17.160
Donativos em materiais	7.958	8.664
Produto financeiro (b)	19.583	8.987
Doações espontâneas (c)	38	36.805
Outras receitas de captação (d)	8.408	8.695
	81.371	107.027

(a) As receitas são provenientes da campanha anual que visa à obtenção de recursos destinados à manutenção de centros de atendimento aos deficientes físicos no território nacional e é reconhecida no resultado de acordo com a efetivação das doações.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

15. Receitas institucionais - com doações--Continuação

- (b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.
- (c) As receitas são representadas por doações de imóveis e recursos financeiros, constituídos por depósitos bancários. Em 2018 foi recebida em doação uma fazenda no valor de R\$ 35.031, classificada como propriedade para investimento.
- (d) Captações através de nota fiscal paulista, nota fiscal gaúcha, corrente do bem e empresas parceiras.

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com atividades ambulatoriais		
Fundo Pró-Infância Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social (a)	996	775
Subvenções, convênios e termos (b)	5.302	3.539
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde (c)	-	634
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (d)	79	600
(-) Dedução da receita	(173)	(69)
	<u>6.204</u>	<u>5.479</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com atividades hospitalares		
Secretaria Municipal de Saúde (e)	1.609	-
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde (c)	-	557
	<u>1.609</u>	<u>557</u>
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas com atividades institucionais		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (f)	451	430
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (d)	131	846
Ministério da Cultura (g)	512	236
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde	-	1.903
(-) Dedução da receita	(288)	-
	<u>806</u>	<u>3.415</u>

- (a) Referem-se a verbas recebidas por meio de convênios firmados para manutenção e sustentabilidade da unidade de Porto Alegre junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Secretaria de Desenvolvimento Social para Tratamento Odontológico à Criança e Adolescente com Deficiência Física (CONDECA).
- (b) Referem-se a verbas recebidas dos municípios de Mogi e região (consórcio Condemat), Poços de Caldas, Uberlândia, Osasco, Secretaria Municipal da Educação, FASC (Porto Alegre), para manutenção das unidades e subsídios para tratamento e reabilitação física de portadores de Deficiência Física.
- (c) Refere-se a verbas de emendas parlamentares do Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência física (Pronas/PCD), para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de equipe para assistência à saúde, aquisição de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais. Todos os projetos Pronas/PCD foram encerrados até 31/12/2018.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos--Continuação

- (d) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar.
- (e) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria Municipal da Saúde para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de equipe para assistência à saúde, aquisição de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais da pessoa com deficiência física.
- (f) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais, múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.
- (g) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cultura para realização de oficinas gratuitas de técnicas da capoeira e samba de roda possibilitando à pessoa com deficiência física acesso à cultura como meio de inclusão social.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Subvenção para investimentos (a)	<u>1.238</u>	1.143
	<u>1.238</u>	<u>1.143</u>

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

18. Receitas institucionais - outras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Estacionamento	1.041	1.225
Lanchonete	584	618
Bazar	10.574	8.986
Arrendamento	1.199	1.344
Demais receitas (a)	3.399	1.921
	<u>16.797</u>	<u>14.094</u>

- (a) Representadas por receitas de locações, cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

19. Receitas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimento de aplicação financeiras	9.084	6.717
Descontos obtidos	993	1.874
Outras	83	16
	<u>10.160</u>	<u>8.607</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2019 e 2018.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalho voluntário (a)	2.195	2.108
Conselhos e comitês (b)	506	515
	<u>2.701</u>	<u>2.623</u>

(a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$ 9,69 de janeiro a março e R\$ 9,89/hora de abril a dezembro de 2019 (2018 - R\$ 9,69), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2019 foram 163.165 horas (2018 - 159.730 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.

(b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2019, foram 506 horas (515 horas em 2018), tendo sido aplicado o valor de R\$ 1.000,00/hora em 2019 (R\$ 1.000,00/hora em 2018), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2019 e 2018, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2019	Método de mensuração	Nível
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	928	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	190.193	Valor justo (VRJ)	2
Contas a receber de clientes	6	55.466	Custo amortizado	2
Passivos				
Fornecedores		19.064	Custo amortizado	2

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - a política de gestão de risco corporativo determina que a AACD avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos.

A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Contas a receber de clientes - para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (4% em 31/12/2020), considerado como cenário provável, redução de 25% e aumento de 25% e 50%.

Instrumentos financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	928	966	956	975	984
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	190.193	197.800	195.898	199.702	201.604

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

Fluxo de caixa contratuais	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	23.067	23.067	23.067	-	-
Parcelamento de impostos	1.300	1.300	353	474	473
Outras contas a pagar	2.233	2.233	2.233	-	-
Total	26.600	26.600	25.653	474	473
31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	19.064	19.064	19.064	-	-
Parcelamento de impostos	990	990	334	158	498
Outras contas a pagar	211	211	211	-	-
Total	20.265	20.265	19.609	158	498

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e venda de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios etc.	337.610
Responsabilidade civil	30.000
Veículos	1.100
	368.710

23. Gratuidade e informações suplementares

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, e em conformidade com os requisitos da Lei nº 12.101/2009 e, em atendimento aos itens 13, 16, 17, 24 e 27 - letras "m" e "n" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2019 e 2018, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Quantidade de internações hospitalares - diárias	2019	2018
SUS	5.097	4.514
Financiamento próprio	9	-
Convênios e particulares	13.787	13.816
	18.893	18.330
Quantidade de atendimentos ambulatoriais	2019	2018
SUS	450.154	405.554
Financiamento próprio	18.168	22.386
Convênios e particulares	175.470	142.620
Financiamento com recursos Secretária de Saúde	-	1.291
Pronas	-	15.354
	643.792	587.205

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

23. Gratuidade e informações suplementares--Continuação

Assim, demonstramos com o quadro abaixo, o valor em gratuidade que a AACD dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2019 e 2018, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2019			2018		
	Financiamento próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de gratuidade	Financiamento próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de gratuidade
Hospital	77	40.283	40.360	-	36.871	36.871
Centro de Reabilitação	2.321	37.653	39.974	3.840	34.219	38.059
Centro de Diagnóstico	117	829	946	401	470	871
Dispensação de Órteses e Próteses	-	1.735	1.735	110	129	239
Total de gratuidade	2.515	80.500	83.015	4.351	71.689	76.040

24. Imunidade tributária

A Associação é imune à incidência de impostos por força do artigo 150, inciso VI, alínea "c" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 06 de julho de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 955, de 28 de junho de 2018, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde - CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

A AACD possui no Ministério da Saúde, pedido de renovação pendente de análise, tempestivamente protocolado pelo SIPAR nº 25000.203895/2018-09, que renovará o CEBAS para o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O parágrafo 2º do artigo 24 da Lei nº 12.101, de 2009, determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está apresentada conforme segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contribuição patronal de INSS	20.775	19.820
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	3.116	1.487
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	6.024	5.747
	<u>29.915</u>	<u>27.054</u>

26. Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e com o respectivo Relatório do Auditor Independente.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

27. Eventos subsequentes

No início de 2020, um novo vírus (coronavírus) se espalhou pelo mundo, resultando em várias ações tomadas por diferentes países para conter a disseminação do vírus.

Tais ações incluem, entre outras, restrições de aglomeração de pessoas e viagens. O Brasil está entre os países que houve casos diagnosticados do coronavírus, que está trazendo uma severa volatilidade no mercado brasileiro e gerando incertezas sobre o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020.

A Administração está monitorando continuamente qualquer possível impacto na AACD devido ao novo coronavírus. Na data de emissão das demonstrações financeiras, com base em nossas avaliações internas e alertas das autoridades no Brasil, não era necessário suspender ou reduzir a operação em qualquer região e não está claro o impacto na demanda, se houver.

Ressaltamos que a AACD não apresentou impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2019.